

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

07  
Mar  
2017



# CLIP PING

# TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo



# a TRIBUNA

R\$ 2,00

ASSINE  
3323-6333

VITÓRIA-ES | TERÇA-FEIRA, 07 DE MARÇO DE 2017 | ANO LXXVIII | Nº 25.923 | FUNDADO EM 22/09/1938 | EDIÇÃO DE 56 PÁGINAS



O DESEMBARGADOR Fernando Zardini, a juíza Herminia Azoury e o presidente do Tribunal de Justiça, Annibal de Rezende, anunciaram ações em Vila Velha

## Reforço para combater violência contra a mulher

Equipe do Ônibus Rosa da Justiça vai atender mulheres vítimas de homens violentos >11



# Ônibus Rosa contra a violência

Na semana do Dia Internacional da Mulher, grupo de elite vai reforçar ajuda a vítimas de violência doméstica

Lorrany Martins

**E**m mulher não se bate nem com uma flor, já diz a sabedoria popular. No entanto, de acordo com pesquisas, é estimado que, a cada dois minutos, uma mulher é espancada no Brasil e, em 80% dos casos, o agressor é o marido, namorado ou ex.

Foi por isso que na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher — amanhã —, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) montou um esquadrão de elite para ajudar as mulheres vítimas de violência.

No chamado Ônibus Rosa, do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha, que já virou um símbolo do combate à violência doméstica e familiar, parte da equipe, composta por assistente social, psicólogo, investigador de polícia, promotor, defensor e juiz, vai circular o ano inteiro por várias cidades do Estado.

O município escolhido para iniciar a 7ª Semana de Justiça pela Paz em Casa foi Vila Velha. A equipe, junto com a coordenadora estadual de Enfrentamento à Situação de Violência Doméstica e Familiar, Hermínia Azoury, vai atender mulheres de todo o Estado durante esta semana no ônibus em frente ao Fórum da Prainha.

“Os dados são alarmantes, mas, infelizmente, é a realidade. Por isso, temos de trabalhar as causas e a prevenção dessas agressões. Escolhemos Vila Velha para iniciar o trabalho do Ônibus Rosa, porque, junto com a Serra, é uma das comarcas com mais índices de violência doméstica”, disse a juíza.

Os atendimentos no ônibus vão acontecer até o fim da semana, das 9 às 17 horas. A intensificação nas ações contra a violência doméstica e contra a mulher é um evento idealizado pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, e acontece simultaneamente em vários estados.

De acordo com o desembargador Fernando Zardini, supervisor das Varas Criminais e da Violência Doméstica, a proposta do Ônibus Rosa



FOTOS: ANTONIO COSMEIAT

“Temos de mostrar que existe uma vigilância constante por parte do Judiciário para essas questões”

Fernando Zardini, desembargador e supervisor das Varas Criminais e da Violência Doméstica

“A maioria dos jovens infratores são de origem de lares onde tiveram violência doméstica e familiar”

Hermínia Azoury, juíza e coordenadora de Enfrentamento à Situação de Violência Doméstica

“Infelizmente, durante esta semana vamos receber muitas mulheres. Mas acredito que esse número vai diminuir”

Annibal de Rezende Lima, presidente do TJ-ES

é divulgar a Lei Maria da Penha e mobilizar, não só o Judiciário, mas também a sociedade contra a violência doméstica e familiar.

“Com esse projeto, damos um novo olhar para o problema e uma nova ação do Judiciário. Temos de mostrar que existe uma vigilância constante por parte do Judiciário para essas questões”, ressaltou.

O presidente do TJ-ES, desembargador Annibal de Rezende Lima, acredita que esse tipo de ação ajuda a diminuir a cada dia o número de mulheres que sofrem violência doméstica.

“Infelizmente, durante esta semana, o Ônibus Rosa vai receber muitas mulheres. Mas, acredito que esse número vai diminuir a cada ano”.

## SAIBA MAIS

### Atendimentos até sexta

#### Ônibus Rosa

- > O ÔNIBUS ROSA do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha vai fazer atendimentos às mulheres até sexta-feira, das 9 às 17 horas, em frente Fórum da Prainha, em Vila Velha.
- > AS MULHERES podem fazer denúncias, receber medida protetiva e também mandado de prisão contra os agressores.
- > HAVERÁ UMA EQUIPE multidisciplinar, formada por assistente social, psicólogo, investigador de polícia, promotor, defensor e juiz no ônibus para atender a população.

#### O que é violência doméstica?

- > DE ACORDO COM a Lei Maria da Penha, violência doméstica e familiar contra a mulher é qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.
- > OS PRINCIPAIS AGRESSORES são os parceiros.
- > A LEI MARIA DA PENHA define cinco formas de violência doméstica e familiar: violência psicológica; violência física; violência sexual; violência patrimonial e violência moral.



FABIO NUNES - 15/04/2016

**BOTÃO DO PÂNICO:** proteção

### Câmara de Vila Velha quer botão do pânico para mulheres

A Câmara de Vereadores de Vila Velha quer que as mulheres do município tenham acesso ao botão do pânico, que aciona a Guarda Municipal assim que a pessoa se encontra em perigo. Em Cachoeiro de Itapemirim, o assunto também está em discussão.

Durante esta semana, a Câmara vai colocar em votação vários projetos para proteger e beneficiar as mulheres, entre eles o pedido do botão do pânico.

“Queremos a autorização de um acordo com a Guarda e o Tribunal de Justiça para que o município tenha o botão do pânico para as mulheres de Vila Velha”, explicou o vereador Arnaldinho Borgo.



FABIO NUNES - 15/04/2016

**ÔNIBUS ROSA**, do Juizado Itinerante da Lei Maria da Penha: atendimento

## OS NÚMEROS DA VIOLÊNCIA



**5 MULHERES** são espancadas a cada **2 MINUTOS** no Brasil

- > EM 80% DESSES CASOS, o parceiro (marido, namorado ou ex) é o responsável.
- > 40% DAS MULHERES já sofreram alguma forma de violência.
- > 1 EM CADA 5 FALTAS ao trabalho no mundo é motivada por agressões ocorridas no espaço doméstico.

#### Intolerância com a vítima

- > 65% CONCORDAM QUE “mulher que é agredida e continua com o parceiro gosta de apanhar”.
- > 26% CONCORDAM QUE “mulheres que usam roupa que mostram o corpo merecem ser atacadas”.

#### Botão do Pânico

- > 16 MULHERES estão com o botão do pânico em Vitória.

Fonte: Pesquisa Mulheres Bras. nos Espaços Público e Privado (Fund.Perseu Abramo/Sesc, 2010), Ipea/SIPS Tolerância Social à Violência contra as Mulheres e Inst. Patrícia Galvão.



SEMANA DA MULHER

# Ônibus rosa para atender mulheres vítimas da violência doméstica

**Ação tem como objetivo oferecer os serviços de forma mais rápida**

▲ **TATIANA MOURA**  
tmoura@redgazeta.com.br

A semana está repleta de programações para marcar o Dia Internacional da Mulher, celebrado amanhã. Entre as atividades está a 7ª Edição da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, que consiste em um mutirão com equipe formada por assistente social, psicólogo, investigador de polícia, promotor, defensor e juiz. Os atendimentos do juizado itinerante da Lei Maria da Penha estão sendo realizados, das 9h às 17h, em um ônibus rosa, em frente ao Fórum da Prainha, em Vila Velha, até a próxima sexta-feira.

A coordenadora estadual do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e juíza da 9ª Vara Criminal de Vila Velha Hermínia Maria Silveira Azoury, afirma que o principal intuito do evento é atender de forma rápida às demandas de violência doméstica.

Segundo a magistrada, somente ontem, das 11h30 às 16h, foram emitidas 11 medidas protetivas. "Isso



Veículo está parado em frente ao Fórum de Vila Velha, na Prainha, até sexta-feira, das 9 às 17 horas

FOTOS: RICARDO MEDEIROS

lizado pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, é realizado em diversos estados do país pelo menos três vezes ano. Mas para Hermínia, realizá-lo no mês de março tem um significado especial.

"Especificamente essa semana, faremos esse trabalho com mais intensidade e mais celeridade. Mas fora do mutirão as mulheres podem procurar ajuda nas delegacias especializadas, todas as comarcas da Grande Vitória têm delegacias, nas comarcas onde não tem, elas podem procurar em uma delegacia comum".

## ATENDIMENTOS

### 11

#### medidas protetivas

Foi a quantidade emitida, das 11h30 às 16h de ontem, no mutirão.

significa dizer que está havendo um encorajamento maior por parte das vítimas, sabendo que a justiça está pronta a ajudá-las em suas demandas".

O trabalho, que foi ideia



Equipe composta por vários profissionais dará assistência a mulheres no local

## EMPODERAMENTO

A juíza aponta como causas da violência doméstica as dependências tanto afetiva quanto financeira. Para dar um basta na situação, haverá parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com o objetivo de oferecer capacitação às vítimas para que elas se tornem independentes.

"Quanto à dependência afetiva estamos buscando psicólogos para ajudar vítimas que não conseguem se desvincular do parceiro".

## Atividades para celebrar data

▲ Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, as prefeituras da Grande Vitória prepararam programações variadas que vão de workshop de maquiagem e apresentações culturais a oficinas de artesanato.

A prefeitura da Capital oferecerá atividades durante todo o mês de março, na programação, há ações preventivas de saúde da mulher, oficina

de maquiagem, artesanato e turbante, além de abordagens com distribuição de material dos serviços de enfrentamento à violência.

Já a Prefeitura da Serra, por meio da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SEP-POM), celebrará a data com uma ação especial no Terminal de Laranjeiras. Serão oferecidas orientações sobre direitos das mulheres, massa-

gem e ginástica laboral com fisioterapeuta.

Além disso, haverá dicas de beleza, cortes de cabelo, designer de sobrancelha e sorteio de brindes.

E no Faça Fácil, em Campo Grande, a partir das 9h, terá exposição de vídeos, varal de ideias, serviços voltados à saúde da mulher e o Projeto Cariacica Saudável, com medição do Índice de Massa Corporal (IMC).

## PROGRAMAÇÃO

### VITÓRIA

#### ▼ Oficinas

Ao longo do mês serão oferecidas oficinas em vários pontos da cidade. Amanhã, a partir das 13h, tem oficina de turbantes no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) do Centro. No dia 15 acontece oficina de maquiagem no Centro de Referência para a Pessoa com Deficiência (CRPD), a

partir das 15h, no bairro Segurança do Lar. Mais informações sobre a programação completa pelo telefone 3382-5442.

### SERRA

#### ▼ Orientações

Amanhã, das 9 às 13h, o Terminal de Laranjeiras se transformará em um espaço para que as mulheres recebam orientações sobre seus direitos, recebam

massagem e ginástica laboral com fisioterapeuta, cortem o cabelo e façam as sobrancelhas.

### CARIACICA

#### ▼ Exposição

Das 9 às 12h haverá exposição de vídeos, varal de ideias, serviços voltados à saúde da mulher e Projeto Cariacica Saudável (medição do IMC) no Faça Fácil, em Campo Grande.

## **Ônibus rosa vai atender mulheres vítimas da violência doméstica**

### **Ação tem como objetivo oferecer os serviços de forma mais rápida**

A semana está repleta de programações para marcar o Dia Internacional da Mulher, celebrado nesta quarta-feira. Entre as atividades está a 7ª Edição da Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, que consiste em um mutirão com equipe formada por assistente social, psicólogo, investigador de polícia, promotor, defensor e juiz. Os atendimentos do juizado itinerante da Lei Maria da Penha estão sendo realizados, das 9h às 17h, em um ônibus rosa, em frente ao Fórum da Prainha, em Vila Velha, até a próxima sexta-feira.

A coordenadora estadual do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e juíza da 9ª Vara Criminal de Vila Velha Hermínia Maria Silveira Azoury, afirma que o principal intuito do evento é atender de forma rápida às demandas de violência doméstica.

Segundo a magistrada, somente ontem, das 11h30 às 16h, foram emitidas 11 medidas protetivas. “Isso significa dizer que está havendo um encorajamento maior por parte das vítimas, sabendo que a justiça está pronta a ajudá-las em suas demandas”.

O trabalho, que foi idealizado pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, é realizado em diversos estados do país pelo menos três vezes ano. Mas para Hermínia, realizá-lo no mês de março tem um significado especial.

“Especificamente essa semana, faremos esse trabalho com mais intensidade e mais celeridade. Mas fora do mutirão as mulheres podem procurar ajuda nas delegacias especializadas, todas as comarcas da Grande Vitória têm delegacias, nas comarcas onde não tem, elas podem procurar em uma delegacia comum”.

### **Empoderamento**

A juíza aponta como causas da violência doméstica as dependências tanto afetiva quanto financeira. Para dar um basta na situação, haverá parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com o objetivo de oferecer capacitação às vítimas para que elas se tornem independentes.

“Quanto à dependência afetiva estamos buscando psicólogos para ajudar vítimas que não conseguem se desvencilhar do parceiro”.

### **Atividades para celebrar data**

Equipe composta por vários profissionais dará assistência a mulheres no local

Equipe composta por vários profissionais dará assistência a mulheres no local

Foto: Ricardo Medeiros

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, as prefeituras da Grande Vitória prepararam programações variadas que vão de workshop de maquiagem e apresentações culturais a oficinas de artesanato.



## **Ônibus rosa vai atender mulheres vítimas da violência doméstica**

A prefeitura da Capital oferecerá atividades durante todo o mês de março, na programação, há ações preventivas de saúde da mulher, oficina de maquiagem, artesanato e turbante, além de abordagens com distribuição de material dos serviços de enfrentamento à violência.

Já a Prefeitura da Serra, por meio da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPOM), celebrará a data com uma ação especial no Terminal de Laranjeiras. Serão oferecidas orientações sobre direitos das mulheres, massagem e ginástica laboral com fisioterapeuta.

Além disso, haverá dicas de beleza, cortes de cabelo, designer de sobancelha e sorteio de brindes.

E no Faça Fácil, em Campo Grande, a partir das 9h, terá exposição de vídeos, varal de ideias, serviços voltados à saúde da mulher e o Projeto Cariacica Saudável, com medição do Índice de Massa Corporal (IMC).

### **Programação**

#### **Vitória**

#### **Oficinas**

Ao longo do mês serão oferecidas oficinas em vários pontos da cidade. Nesta quarta-feira (8), a partir das 13h, tem oficina de turbantes no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) do Centro. No dia 15 acontece oficina de maquiagem no Centro de Referência para a Pessoa com Deficiência (CRPD), a partir das 15h, no bairro Segurança do Lar. Mais informações sobre a programação completa pelo telefone 3382-5442.

#### **Serra**

#### **Orientações**

Amanhã, das 9 às 13h, o Terminal de Laranjeiras se transformará em um espaço para que as mulheres recebam orientações sobre seus direitos, recebam massagem e ginástica laboral com fisioterapeuta, cortem o cabelo e façam as sobancelhas.

#### **Cariacica**

#### **Exposição**

Das 9 às 12h haverá exposição de vídeos, varal de ideias, serviços voltados à saúde da mulher e Projeto Cariacica Saudável (medição do IMC) no Faça Fácil, em Campo Grande.

## Ônibus rosa vai atender mulheres vítimas de violência doméstica no ES

**Ação tem como objetivo oferecer serviços de forma mais rápida. Programação marca o Dia Internacional da Mulher nesta quarta-feira (8).**

Para marcar o Dia Internacional da Mulher, nesta quarta-feira (8), um mutirão com equipe formada por assistente social, psicólogo, investigador de polícia, promotor, defensor e juiz vai atender vítimas de violência doméstica no Espírito Santo.

Os atendimentos do juizado itinerante da Lei Maria da Penha estão sendo realizados, das 9h às 17h, em um ônibus rosa, em frente ao Fórum da Prainha, em Vila Velha, até a sexta-feira (10).

A coordenadora estadual do Tribunal de Justiça do Espírito Santo e juíza da 9ª Vara Criminal de Vila Velha Hermínia Maria Silveira Azoury, afirma que o principal intuito do evento é atender de forma rápida às demandas de violência doméstica.

Segundo a magistrada, somente nesta segunda-feira (6), das 11h30 às 16h, foram emitidas 11 medidas protetivas. “Isso significa dizer que está havendo um encorajamento maior por parte das vítimas, sabendo que a justiça está pronta a ajudá-las em suas demandas”.

O trabalho, que foi idealizado pela presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, é realizado em diversos estados do país pelo menos três vezes ano. Mas para Hermínia, realizá-lo no mês de março tem um significado especial.

“Especificamente essa semana, faremos esse trabalho com mais intensidade e mais celeridade. Mas fora do mutirão as mulheres podem procurar ajuda nas delegacias especializadas, todas as comarcas da Grande Vitória têm delegacias, nas comarcas onde não tem, elas podem procurar em uma delegacia comum”.

### Empoderamento

A juíza aponta como causas da violência doméstica as dependências tanto afetiva quanto financeira. Para dar um basta na situação, haverá parcerias com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com o objetivo de oferecer capacitação às vítimas para que elas se tornem independentes.

“Quanto à dependência afetiva estamos buscando psicólogos para ajudar vítimas que não conseguem se desvencilhar do parceiro”.

## Indenização de 32 mil após levar tiro

O Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) condenou o Estado a indenizar um morador de Minas Gerais em R\$ 32 mil por danos morais. Ele foi atingido por dois tiros na perna durante um tiroteio entre policiais e bandidos em Joana D'Arc, Vitória.

Segundo o autor da ação, enquanto os bandidos foram socorridos por helicóptero imediatamente após o fim do tiroteio, ele esperou por 40 minutos no chão a chegada do Samu. E ainda espe-

rou mais cinco horas por atendimento no São Lucas.

Logo depois, o ferido foi encaminhado a uma clínica, onde foi submetido a uma cirurgia do fêmur. Ele ainda ficou com a outra bala alojada no músculo. Como consequência, ficou quatro meses sem pisar no chão.

Segundo juiz da 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Vitória, a ausência de atuação do Estado iria contra seu dever de zelar pela vida dos cidadãos.



DECISÃO DA JUSTIÇA

# Indenização após não emagrecer com pílula

Juiz condenou empresa de produtos naturais a pagar 5 mil a moradora da Serra, por danos morais, porque o remédio não fez efeito

Milena Martins

Uma empresa de vendas de produtos naturais foi sentenciada a pagar uma indenização de R\$ 5 mil para uma moradora de Serra. A mulher entrou com processo judicial depois de comprar uma pílula que prometia emagrecer e alega que o medicamento não fez efeito.

De acordo com a sentença, a ré ainda terá de restituir a autora em R\$ 480, valor pago pelo produto, cujo nome não foi informado.

No processo, a consumidora disse que o produto prometia ativação do metabolismo, redução da ansiedade e emagrecimento acelerado. Porém, mesmo fazendo o uso de acordo com as instruções do fabricante, disse não ter conseguido os resultados prometidos.

A empresa alegou que a mulher

não teria consumido o produto e, sendo assim, não teria como comprovar sua ineficiência. De acordo com a ré, a autora perdeu o prazo para reivindicar o direito de reparação dos problemas apresentados.

Em sua decisão, o juiz da 6ª Vara Cível da Serra, Aírton Soares de Oliveira, argumenta que concedeu os danos morais à autora porque a mulher não reivindicou reparação de problemas apresentados, mas reclamou que o medicamento, cuja substância não foi informada, não apresentou os resultados prometidos por meio de propaganda.

O diretor do Procon da Serra, Sérgio Meneghelli, disse que raramente são registrados casos semelhantes, mas destaca que quem se sente lesado por propaganda enganosa pode reclamar os direitos no órgão. "O consumidor pode pedir a troca do produto ou o valor pago de volta", explicou.

Meneghelli disse ainda que em casos que envolvam saúde e que os prejuízos sejam mais graves, é melhor entrar com ação judicial.

De acordo com o presidente da Comissão de Direito do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil Seção Espírito Santo (OAB-ES), Cássio Drummond Magalhães,

o artigo 37 do Código de Defesa do Consumidor diz que "é enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa".

Para o endocrinologista Laerte Damasceno, remédios apenas contribuem para o emagrecimento. Mas para que façam efeito, o paciente precisa ter uma alimentação balanceada e fazer atividade física. "Perda de peso não depende só de medicamento, mas, sim, de mudanças de hábito de vida", afirmou.

Já a nutricionista Carla Mancilha disse não acreditar na eficácia de medicamentos para perda de peso. "O que emagrece é alimentação saudável e atividade física regular".



“Consumidor pode pedir a troca do produto ou o valor pago de volta”

Sérgio Meneghelli, diretor do Procon da Serra

SAIBA MAIS

## Lei prevê punição por propaganda enganosa

**Código de Defesa do Consumidor**

- > O ARTIGO 37 diz que é proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.
- > SEGUNDO o art. 37, é considerada enganosa informação ou comunicação publicitária, inteira ou parcialmente falsa, quando o produto ou serviço não

oferece os resultados prometidos.

- > A PUBLICIDADE TAMBÉM é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.
- > DE ACORDO com advogados, é indispensável que o consumidor sempre

peça e guarde a nota fiscal do produto ou serviço para, posteriormente, exigir seus direitos, como a troca ou o dinheiro de volta.

Fonte: Comissão de Direito do Consumidor da OAB-ES e Procon da Serra.

## Empresa de produtos naturais vai ter que pagar R\$ 5 mil a cliente no ES

**Cliente disse que produtos de emagrecimento não tiveram efeito. Empresa deve ainda restituir consumidora em R\$ 480 pagos pelos itens.**

A Justiça do Espírito Santo condenou, na última quinta-feira (2), uma empresa de comércio de produtos naturais manufaturados a indenizar uma consumidora em R\$ 5 mil por danos morais, após fornecer produtos para emagrecimento que não tiveram efeito. A empresa deve ainda restituir cliente em R\$ 480 pagos pelos itens.

O G1 tentou entrar em contato com a Botanic Brasil Comércio de Produtos Naturais, mas as ligações não foram atendidas.

Segundo a consumidora, os produtos asseguravam a ativação do metabolismo, redução da ansiedade e emagrecimento acelerado, porém, mesmo fazendo o uso de acordo com as instruções do fabricante, observou que não obteve os resultados prometidos.

Em defesa, a empresa alegou que a demandante não teria provado a utilização dos produtos, nem comprovou a ineficiência. Segundo a ré, a requerente também perdeu o prazo para reivindicar o direito de reparação dos problemas apresentados pelo produto, conforme estabelecido pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Na decisão do juiz da 6ª Vara Cível da Serra, ele explicou que a requerente não reivindicou a reparação dos problemas nos produtos adquiridos, mas sim indenização pelos danos causados pela ineficiência de um produto adquirido, por causa da propaganda enganosa promovida pela cliente.

Segundo o magistrado, o produto foi divulgado nos meios de comunicação e adquirido pela consumidora após a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ter suspenso a propaganda do produto justamente pela ausência de comprovação científica das propriedades atribuídas pelo fabricante.

Para o juiz, a suspensão emitida pela ANVISA comprova a propaganda enganosa, ao induzir a consumidora a crer na eficiência de um produto sem comprovação científica, o que atestava a alegação dela, a ausência de resultados dos produtos adquiridos, cabendo à empresa comprovar a eficácia do medicamento, o que não foi feito.



## DENÚNCIA DE PECULATO

# Onze anos depois, Justiça absolve De Prá em processo de diárias

**Ex-prefeito de Nova Venécia era acusado de ter recebido valor mesmo estando na cidade**

de **NATALIA DEVENS**  
ncosta@redgazeta.com.br

O ex-prefeito de Nova Venécia Walter de Prá (sem partido) foi inocentado pela Justiça da acusação de peculato, por ter recebido um total de R\$ 99.574,09 em diárias nos anos de 2005 e 2006.

Na decisão, de 12 de janeiro, o juiz Ivo Nascimento Barbosa argumentou não haver provas suficientes para a condenação.

A ação de improbidade administrativa foi ajuizada pelo Ministério Público Estadual (MPES) em 2007, após denúncia feita pelos vereadores da cidade na época, Josué de Sá Rodrigues (PDT), Flaminio Grilo (PTB) e João Júnior Vieira dos Santos (PMDB).

Naquele ano, a Justiça

chegou a decretar indisponibilidade dos bens de De Prá, que na época estava no DEM, mas negou o pedido de afastá-lo do cargo, no qual ficou até 2008. Só em agosto de 2012 a denúncia foi recebida pela Justiça.

De acordo com a Promotoria de Justiça, De Prá teria recebido um total de R\$ 99.574,09 em diárias indevidamente. A ação sustenta que nos períodos em que o prefeito deveria estar viajando, foi comprovado que ele se encontrava na sede do município.

A denúncia afirma ainda que as diárias pagas nos meses de abril e maio de 2005 e janeiro e fevereiro de 2006 foram superiores aos dias úteis dos respectivos meses. Argumentou ainda a existência de várias diárias usufruídas pelo prefeito aos sábados, domingos e feriados, dias que normalmente não há qualquer expediente na

GUSTAVO LOUZADA/ARQUIVO - 24/08/2007



Ex-prefeito, na época, alegou perseguição política

## DEFESA

*“As acusações decorrem de ressentimentos políticos contra sua vida pública”*

**RICARDO GOBBI**  
ADVOGADO

administração pública.

Na época, De Prá alegou que o procurador de Justiça que o denunciou já atuou em favor de seus adversários, que estavam se preparando para tomar o seu lugar.

Ele chegou a ser condenado em 2010 na esfera cível, que lhe tirou os direitos políticos.

## ARGUMENTOS

Na decisão, o juiz narra que o ex-prefeito atestou inúmeras idas a Vitória para tratar de interesses do

município, com declarações de várias entidades públicas e privadas.

Ainda segundo ele, ficou evidenciado a regularidade de deslocamentos também aos fins de semana e que “mostra-se possível a ida para Vitória com retorno no mesmo dia a Nova Venécia, não impedindo assim do acusado de ter participado de eventos em ambos os locais”.

## OUTRO LADO

O processo foi remetido ao Ministério Público, que pode recorrer da decisão.

Em nota, o advogado de De Prá, Ricardo Gobbi, afirma que a absolvição “representa uma resposta independente e imparcial do eminente magistrado”, e que “tudo indica que as acusações contra ele decorram de ressentimentos políticos contra sua vida pública independente”, disse.

## IMPROBIDADE

# José Camillo e Jorge Anders condenados

**Decisão, de primeiro grau, é sobre ação movida ainda em 2002 por prefeitura e MPES**

▲ NATALIA DEVENS  
ncosta@redgazeta.com.br

O ex-prefeito de Vila Velha, Jorge Anders (PTB), o ex-vereador do município, José Camillo, e outras seis pessoas foram condenados por improbidade administrativa, em decisão da 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual, publicada ontem.

A pena é de ressarcir os danos; suspensão dos direitos políticos por oito anos; perda da função pública, caso ainda tenham; pagamento de multa e proibição de contratar com o poder público por cinco anos.

Foi condenada ainda a empresa Facol Assessoria e Negócios Ltda, que deverá fazer o ressarcimento integral dos danos provocados e também fica proibida de contratar com o poder pú-



FÁBIO VICENTINI/ARQUIVO

Camillo é ex-secretário e Anders, ex-prefeito

blico ou receber incentivos fiscais. O processo correu em segredo de Justiça.

A condenação é fruto de uma Ação Civil de Improbidade Administrativa movida pelo Ministério Público Estadual e pelo próprio município de Vila Velha, que teve início em junho de 2002.

A denúncia é referente ao contrato da empresa Facol com a prefeitura para serviços de locação de veículos durante a admi-

nistração de Anders, época em que Camillo era secretário de Serviços Urbanos. Naquele ano, o Ministério Público pedia que fossem devolvidos aos cofres públicos R\$ 2,7 milhões e o sequestro dos bens dos acusados.

Os advogados de defesa dos condenados foram procurados ontem, mas não foram localizados. Um deles atendeu a reportagem, mas não quis comentar o caso.



NEGOCIAÇÃO COM MULHERES DE POLICIAIS

# Audiência com grevistas na Justiça Estadual

**Pedido de audiência de conciliação foi feito pelo Ministério Público Estadual**

▲ **VILMARA FERNANDES**  
vfernandes@redgazeta.com.br

Foi pedido à Justiça Estadual, na tarde de ontem, a realização de uma audiência de conciliação entre todos os envolvidos no movimento que resultou na greve dos policiais militares, que durou 22 dias.

A solicitação foi feita pelo Ministério Público Estadual à 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual. O objetivo é que os trabalhos sejam conduzidos pelo próprio juiz da causa e que poderia atuar como "elemento neutro e imparcial para conduzir a negociação", destaca nota enviada pela assessoria de imprensa do MPES.

Foi pedida a intimação, para a audiência, dos representantes do Comitê Permanente de Negociação do Estado, cujo principal represen-

tante é o secretário de Direitos Humanos, Júlio Pompeu, além do procurador-geral do Estado, Rodrigo Rabello.

Foram convocados ainda a Associação dos Cabos e Soldados do Estado (ACS), a Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia e Bombeiro Militar do Espírito Santo (Asses), a Associação dos Bombeiros Militares do Espírito Santo (ABMES), a Associação dos Oficiais Militares do Espírito Santo (Assomes), e Associação dos Militares da Reserva, Reformados da Ativa da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e

Pensionistas de Militares do Estado (Aspomires).

Os familiares e amigos dos militares responsáveis pelas manifestações em frente aos batalhões/companhias, deverão ser convocados por meio de edital, já que não há identificação de quem sejam.

Por decisão do procurador-geral da República, Rodrigo Janot, as negociações que vinham sendo conduzidas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) foram suspensas. Ele decidiu, na última quarta-feira, que a atribuição para conduzir os trabalhos era exclusiva do MPE.

Com isto o encontro agendado entre todas as partes para a última quinta-feira foi cancelado. Na ocasião, as esposas dos PMs decidiram fazer uma manifestação ao Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para que este fizesse a intermediação, o que foi agora solicitado à Justiça estadual.

## MORTES

# 200

**assassinatos**

Foram registrados no Estado durante o período da greve da PM.

FERNANDO MADEIRA - 11/02/2017



Familiares de militares bloquearam entrada de batalhões durante 22 dias

## Ministro encerra força-tarefa

BERNARDO COUTINHO - 11/02/2017

▲ O ministro da Defesa, Raul Jungmann, participa hoje da solenidade de encerramento dos trabalhos da Força-Tarefa Conjunta Capixaba, que contou com homens das Forças Armadas e da Força Nacional.

Às 13 horas, o general Adilson Carlos Katibe, comandante da força-tarefa, vai liderar uma cerimônia militar, marcando o retorno completo do controle operacional da segurança pública para o governo do Estado e, em seguida, fará uma síntese de sua atuação.

A ele também será entregue a Comenda Jerôni-



**Raul Jungmann,**  
ministro da Defesa

mo Monteiro, a maior honraria concedida pelo governo do Estado.

Os militares que inte-

gram a força-tarefa começaram a deixar o Estado no último sábado, após 21 dias de atuação na segurança local. Segundo o major Marcos Alves, porta-voz interino da força-tarefa, "cerca de 800 homens do Batalhão Paraquedista retornaram para o Rio de Janeiro", informou.

Mais de três mil homens do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, além dos que atuam na Força Nacional, participaram da operação no Estado. Trouxeram caminhões, viaturas, helicópteros, lanchas e até blindados que circularam pelas ruas da Grande Vitória.



## VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

# Corte interamericana vai avaliar a situação da Unis

**Audiência da OEA será realizada em maio para discutir superlotação e denúncias de tortura**

de **VILMARA FERNANDES**  
vfernandes@redgazeta.com.br

Uma decisão considerada inédita da Corte Interamericana de Direitos Humanos atinge uma unidade capixaba de atendimento socioeducativo: trata-se da Unis, em Cariacica. As violações de direitos humanos lá registradas, assim como em outros três presídios de adultos no país, vão ser debatidas em uma audiência pública que acontecerá em maio.

O encontro acontecerá em San José, na Costa Rica. Lá funciona a sede da Corte Interamericana de Direitos Humanos, um órgão judicial autônomo, cujo propósito é aplicar e interpretar a Convenção Americana de Direitos Humanos e outros tratados de Direitos Humanos, podendo inclusive aplicar sentenças aos países que dela fazem parte, como é o caso do Brasil.

O motivo do encontro são as sucessivas denúncias de violações de direitos no sistema prisional e socioeducativo brasileiro. Na avaliação dos próprios magistrados, os relatos a eles feitos apontam indícios de "um problema estrutural de âmbito nacional do sistema penitenciário".

As primeiras denúncias em relação à Unis foram feitas à Organização dos Estados Americanos (OEA) em 2009. Relatavam crimes de tortura, superlotação, condições insalubres, maus-tratos. Sem contar as rebeliões que, naquele ano, terminaram com três adolescentes assassinados dentro da uni-



Placa indica a entrada da área onde ficam várias unidades para menores em Cariacica, entre elas a Unis

VITOR JUBINI - 10/01/2017

## Juizes querem dados até fim do mês

Outra medida aplicada ao Brasil e ao Espírito Santo, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, foi o fornecimento de informações que devem ser enviadas até o dia 31 de março.

Trata-se de 52 questionamentos sobre o funcionamento das unidades e sobre as medidas concretas que vem sendo adotadas para a redução da população carcerária, do número de presos provisórios, a prevenção do enfrentamento de facções criminosas nas unidades prisionais, o treinamento no controle não violento de rebeliões e a prevenção da entrada de armas e drogas nas prisões.

Também foram solicitados dados sobre o número de mortes intencionais não intencionais nos últimos cinco anos, o número de médicos e equipes de saúde que trabalham nos presídios e o número de denúncias de maus-tratos e torturas nos últimos cinco anos.

A situação tem se agravado, segundo Gilmar Ferreira de Oliveira, membro do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra, desde 2011. Ele relata que várias denúncias foram feitas ao Estado mostrando que a situação tem se agravado. "O objetivo era impedir uma condenação na Corte da OEA. Era uma oportunidade para erradicar com as violações de todas as formas, mas nada foi feito", destaca.

### Cidades.

#### UNIDADES PARA MENORES ESTÃO SUPERLOTADAS

Só quatro das 13 não têm mais internos do que vagas



### Cidades.

#### AGENTE VENDIA DROGAS EM UNIDADE DE MENORES

Tráfico na Unip II, em Cariacica, que está superlotada



Superlotação e tráfico de drogas nas estruturas foram denunciados por A GAZETA

dade. "E até hoje não se responsabilizou ninguém por estas mortes", destaca Gilmar Ferreira de Oliveira.

Na época ele era membro do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Serra e foi o petionário da ação junto a OEA. Pouco tempo

depois foram impostas medidas provisórias, obrigando o Brasil e o Estado a adotar medidas para reparar a situação que deu origem à denúncia. Elas já foram renovadas sete vezes.

Reincidência como a superlotação de 9, das 13

unidades socioeducativas, denunciadas por A GAZETA em janeiro deste ano.

Para a pesquisadora de segurança do Justiça Global, Lena Azevedo, o desrespeito frequente às medidas provisórias e os fatos ocorridos em Manaus e Rio Gran-

de do Norte, com a morte de dezenas de presos, acabou acendendo um alerta. "Chegou a um limite", destaca.

Outro ponto importante, segundo Gilmar, é que no caso capixaba, uma unidade socioeducativa está sendo tratada no mesmo nível de um presídio para adultos. "O que eles estão deixando claro é que aqui, apesar de todo o arcabouço legal de proteção ao adolescente, quando o assunto é encarceramento, o tratamento à juventude é o mesmo dado ao sistema adulto", assinala.

Ele cita como exemplo desta situação a unidade socioeducativa de Xuri, em Vila Velha, que fica no mesmo ambiente do complexo prisional de adultos.

A decisão da Corte da OEA foi baseado em quatro casos brasileiros: Unis, Complexo Penitenciário de Curado, Pernambuco; Complexo Penitenciário de Pedrinhas, Maranhão; e Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho, Rio de Janeiro.

## O VAI E VEM DAS DENÚNCIAS

### DENÚNCIA

▼ 2009

As primeiras denúncias relatavam crimes de tortura, superlotação, condições insalubres, maus-tratos. Sem contar as rebeliões que, naquele ano, terminaram com três adolescentes assassinados dentro da unidade.

### MEDIDAS

▼ Cautelares

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos outorgou medidas cautelares em benefício dos adolescentes, que não foram cumpridas.

### MEDIDAS PROVISÓRIAS

▼ 2011

Constatado o

descumprimento, em fevereiro de 2011, a Corte Interamericana emitiu a primeira resolução exigindo que fossem adotadas medidas para proteger a vida e a integridade pessoal de toda e qualquer pessoa que se encontre na Unis.

### RENOVAÇÃO

▼ Sete vezes

Desde 2011, as medidas provisórias vem sendo renovadas pela Corte Interamericana, o que indica "que elas não estão sendo cumpridas".

### NOVA

▼ Decisão

Diante da gravidade

dos caos do sistema penitenciário no Brasil, a Corte Interamericana decidiu convocar uma audiência pública, de forma inédita, para discutir o assunto. A audiência acontecerá no próximo mês de maio, na Costa Rica, onde fica a sede da Corte.

### VISITA

▼ Magistrados

Antes da audiência os magistrados farão uma visita aos presídios brasileiros, incluindo a Unis, uma unidade destinada a adolescentes em conflito com a lei, alvo de denúncias de superlotação e tortura.





# MAURÍCIO PRATES

[www.mauricioprates.com.br](http://www.mauricioprates.com.br) | [mauricio@mauricioprates.com.br](mailto:mauricio@mauricioprates.com.br)

## Vazão judicial

Para dar vazão aos milhares de processos que entram diariamente na Justiça, o Ministério Público do Estado criou o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição. O Nupa trata desde disputas entre casais pela guarda de filhos até denúncias contra grandes empresas acusadas de crimes ambientais. O objetivo é a solução negociada, diferentemente da solução “adversarial” de um juiz, em que alguém sempre perde.

## ACUSAÇÕES

# MPF denuncia 15 da Telexfree por lavagem de dinheiro

**Sócios-administradores Carlos Roberto Costa e Carlos Nataniel Wanzeler estão na lista**

⚡ O Ministério Público Federal no Espírito Santo (MPF/ES) ajuizou cinco denúncias por lavagem de dinheiro contra membros da Telexfree. Entre os acusados estão os sócios-administradores da empresa, Carlos Roberto Costa e Carlos Nataniel Wanzeler, além de divulgadores e familiares dos empresários. Ao todo, 15 pessoas foram denunciadas.

Os crimes aconteceram, em maioria, após a suspensão judicial dos cadastros de brasileiros na rede de divulgadores da Telexfree no país. A suspensão foi determinada pela Justiça do Acre em junho de 2013, que também bloqueou cerca de R\$ 600 milhões das contas bancárias da Ympactus.

Os crimes de lavagem de dinheiro foram realizados



ARQUIVO

**Telexfree no Acre: Justiça havia bloqueado contas**

de três formas. A primeira delas consistiu na compra de quatro veículos – uma BMW, um Toyota Corolla, uma Hilux e um Toyota Prius – por parte dos sócios e na colocação desses carros em nome de terceiros.

Além disso, descumprindo a decisão judicial de suspensão das atividades no país, os denunciados permitiram o ingresso de residentes no Brasil por meio de cadastro feito diretamente na

Telexfree internacional e providenciaram meios paralelos de movimentar valores e manter as atividades ilegais da empresa.

O dinheiro movimentado com a compra de créditos/dólares no sistema da Telexfree era utilizado para pagamentos de diversas despesas da empresa, inclusive do salário de funcionários. De acordo com as investigações, também houve lavagem de dinheiro na

aquisição da empresa Simternet Tecnologia da Informação, cujo nome fantasia é Voxbras. O dinheiro para a compra da Voxbras foi proveniente da atividade desenhada pela Telexfree.

Segundo o advogado das pessoas envolvidas, Rafael Lima, todas as atividades das empresas eram legais. “Temos plena convicção que eram lícitas, da mesma forma que ficou comprovado que não havia irregularidade com a Anatel. As denúncias não tem como se sustentar”, disse.

Ele acrescentou que as pessoas relacionadas adquiriram os bens legalmente. “Não houve ocultação do patrimônio nem lavagem de dinheiro”.

Em relação à Voxbras, ele disse que “é público e notório que a Ympactus comprou a Voxbras antes mesmo do bloqueio e que não houve irregularidades na transação.”



---

## **Quinze membros da Telexfree denunciados**

O Ministério Público Federal no Espírito Santo ajuizou cinco denúncias por lavagem de dinheiro contra membros da Telexfree. Entre os 15 acusados estão os sócios-administradores da empresa e familiares dos empresários.

Os crimes ocorreram após suspensão judicial dos cadastros de brasileiros na rede da Telexfree no País. A suspensão foi determinada pela Justiça do Acre em 2013.

**OPINIÃO DA GAZETA**

⚡ É urgente a revisão do foro privilegiado, transformado hoje em uma ferramenta de proteção oportunista de políticos

**FORO MAIS EQUILIBRADO**

**M**anobras disfarçadas de nomeações a ministérios tornaram-se truque comum para tentar garantir foro privilegiado a importantes nomes da política envolvidos com corrupção. Os sinais são claros: é urgente uma revisão de tal instrumento, garantia constitucional dada a membros dos Três Poderes que virou sinônimo de impunidade.

O foro especial precisa existir, por estabelecer que funções públicas relevantes estejam relacionadas juridicamente a tribunais correspondentes a esses cargos. Existe em todo o mundo. Contudo, no Brasil é mais generalizado e sem critérios, se comparado a democracias consolidadas. O resultado dessa “farra” é o congestionamento das instâncias superiores, principalmente o Supremo Tribunal Federal. Só no STF tramitam atualmente cerca de 500 processos contra parlamentares do Congresso: 357 investigações e 103 ações penais. A prescrição de muitos casos é certa.

E esse número vai aumentar. Não se sabe, por exemplo, como a Corte lidará com a carga de trabalho que cairá sobre ela com a chegada das denúncias da Lava Jato contra políticos com base nas delações premiadas da Odebrecht.

O instrumento necessita de restrições. O ministro Luís Roberto Barroso defende, por exemplo, que o foro seja prerrogativa da função e, dessa forma, crimes cometidos antes de mandatos não poderão evoluir ao foro especial.

E mais: é preciso que fique claro que o foro não é blindagem, mas uma forma de impedir que ocupantes de determinados cargos estratégicos não sofram perseguições durante o seu exercício. A distorção do conceito desse instrumento é o que o transforma numa ferramenta de proteção oportunista. Uma revisão de sua aplicação deve ser prioridade.

**BLINDAGEM****1.008****pessoas**

É o número de autoridades públicas com foro privilegiado no Espírito Santo.



# Câmara Federal vai votar punição para quem trair

Projeto de lei prevê que a pessoa infiel no casamento terá de pagar indenização por danos morais ao companheiro

Lucas Rezende

A traição pode passar a doer mais no bolso que na consciência. É que tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 5716/16, que busca alterar o Código Civil e especificar a possibilidade de indenização por dano moral caso haja infidelidade no matrimônio.

O projeto, de autoria do deputado federal Rômulo Gouveia (PSD), aguarda designação do parlamentar na Comissão de Seguridade Social e Família e posterior votação na mesma comissão e na de Constituição, Justiça e Cidadania.

O deputado detalha que o projeto busca "acrescentar um dispositivo com teor normativo ao referido diploma legal", uma vez que já há registros na Justiça de veredictos favoráveis aos traídos.

É o caso de um marido traído que conseguiu indenização de R\$ 50 mil por danos morais causados pela mulher em Santa Catarina. Ele descobriu que a mulher tinha um caso extraconjugal de longa data, e que o filho do casal era do amante e não dele.

O dano moral, neste caso, segundo a decisão judicial, foi gerado porque, sem saber que não era o pai da criança, o marido a registrou e arcou com todas as providências.

O advogado João Vítor Guimarães é contra o PL porque, segundo ele, pode generalizar uma situação que hoje já tem os principais balizadores no Judiciário. "Todo traído vai querer entrar com um processo. O Judiciário ficará assobrado. É uma medida descabida do Legislativo. Tem de se aplicar a constrangimentos muito grandes, como uma noiva deixada no altar", exemplificou.

A jurista Jacqueline Kuperman defende que a dor causada pela traição deve ser comprovada, como uma depressão, e que, caso alterado o Código Civil, o risco nos veredictos é grande.

"Um mero aborrecimento não pode caber dano moral. Hoje, em tempos de aplicativos e redes sociais, curtir foto da ex-namorada é traição? A traição de um namorado é menos sofrida para uma menina de 18 anos que para uma mulher casada de 50? Traição é um conceito abstrato, que pode resultar em julgamentos muito subjetivos e díspares", alertou.

O advogado Tiago Ramos, por sua vez, aprova a ideia: "Se infringiu o dever do matrimônio, tem de arcar com as sanções."

O projeto de lei não tem data para votação.



ADVOGADO João Vítor Guimarães é contra mudança prevista por projeto de lei: "O Judiciário ficará assobrado"

SAIBA MAIS

## O que pode mudar com o projeto

Como é

> ATUALMENTE o art. 1.566 do Código Civil estabelece que são deveres de ambos os cônjuges: I - Fidelidade recíproca; II - Vida em comum; III - Mútua assistência; IV - Sustento, guarda e educação dos filhos; V - Respeito e consideração mútuos.

> DESSE MODO, a partir do momento que uma das partes envolvidas na união estável descumpra o 1º inciso há possibilidade de entrada de processo judicial por danos morais.

> ALEM disso, a parte que sentir-se prejudicada também pode optar por des-

fazer o casamento, pedindo o divórcio, uma vez que o art. 1.556 rege: "O casamento pode ser anulado por vício da vontade, se houve por parte de um dos nubentes, ao consentir, erro essencial quanto à pessoa do outro".

Como pode ficar

> SE O PROJETO DE LEI 5716/16 for aprovado, a traição no casamento pode passar a dar direito ao parceiro traído a indenização por dano moral.

> UMA ALTERAÇÃO no Código Civil passará a incluir punição por descumprimento do inciso 1º do art. 1566.

> "NATEORIA, haverá de novidade apenas uma regulamentação. Na prática, já há esse tipo de ação judicial, inclusive com decisões favoráveis a quem se sentiu prejudicado", explicou a advogada Jacqueline Kuperman.

> UM CASO ocorreu em Santa Catarina, onde um marido conseguiu indenização de R\$ 50 mil por danos morais. Ele descobriu que a mulher tinha um caso e que o filho era do amante. O artigo 1.566 foi aplicado.

Fonte: Advogados entrevistados e pesquisa/AT.

OPINIÕES



“Traição é um termo subjetivo. Não é um mero aborrecimento que cabe dano moral”

Jacqueline Kuperman, advogada



“O casal tem o dever da fidelidade. Se infringiu o matrimônio, tem de arcar com as sanções”

Tiago Ramos, advogado

CASOS

### Filho era do amante

Uma dona de casa, durante 18 anos, escondia do marido que o filho do casal, na verdade, era do amante dela, com quem se relacionava desde o começo do matrimônio.

Ela só contou a verdade quando o menino resolveu prestar vestibular para Odontologia. O pai verdadeiro é um dentista famoso, o que fez a mulher contar a verdade, pensando no futuro profissional do adolescente.

### Desculpa da embarcação

Um técnico de enfermagem de 50 anos mantém, por mais de 20, duas famílias ao mesmo tempo. Em uma delas, ele cria dois filhos.

Para manter o relacionamento extraconjugal até hoje, o técnico aproveita que trabalha embarcado em uma plataforma de petróleo para, vez ou outra, simular viagens a trabalho para passar mais tempo com a segunda família.



### Não ia para a sauna

Um empresário de 50 anos, durante duas décadas, dizia para a mulher que ia, três vezes na semana, para uma sauna em Vitória.

Mas, na verdade, ele visitava sua segunda família. O empresário resolveu acabar com a farsa três dias antes de uma noite de Natal, abandonando um dos lares.

No total, ele sustentava quatro filhos.

### Usou rastreador

Um empresário, desconfiado de que sua mulher o traía, acionou o serviço de busca do smartphone dela.

Rastreando o aparelho, ele identificou a localização da mulher num motel na praia de Camburi, em Vitória.

No local, de vigia na garagem, ele flagrou quando ela entrou no carro do amante.